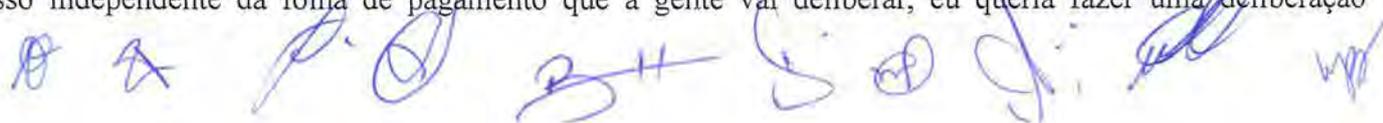
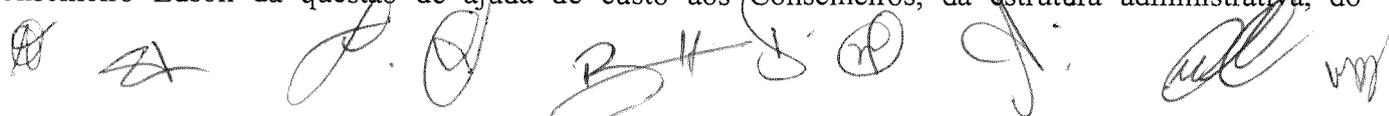


1 **ATA 620 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMUS** - Conselho Municipal de Saúde de Caraguatatuba,  
2 realizada no dia **13 de abril de 2022**, às 14horas, realizada de forma híbrida na sala de reuniões do Pró-  
3 Mulher, sito a Av. Dr. Arthur da Costa Filho nº 2.138 – Sumaré. Conselheiros presentes: Sra. Derci de  
4 Fátima Andolfo (suplente); Sra. Margarete Soares de Oliveira (titular), Sra. Amélia Maria Ferreira  
5 (suplente), Sra. Priscila Meyer (titular); Representantes dos Profissionais da Saúde: Sr. Otavio da Silva  
6 Pereira (titular), Sra. Marina Bellato (suplente), Sra. Alexandra M. Fonseca do Nascimento (suplente);  
7 Representantes de Saúde do Sistema Privado: Sr. Antonio Carlos de Carvalho (titular), Sr. Alex  
8 Waltersdorf (suplente); Representantes das Entidades ou Associações de Assistência à Saúde: Sra. Júlia de  
9 Fátima Umbelino (titular); Representantes dos Conselhos Gestores das Unidades: Sr. Edson Mendes do  
10 Amaral (titular), Sr. Paulo Roberto dos Santos (titular), Sra. Maristela Miranda (suplente), Sr. Adelson  
11 Marcelo Leite (suplente); Representante dos Sindicatos ou Associações Patronais do Município: Sr. Sergio  
12 Augusto Garcia (titular); Representante dos Clubes de Serviços e Movimentos Comunitários: Sra. Sandra  
13 Maria Salles Bachi (titular). Ausências justificadas: Sr. Luis Carlos Gonçalves, Sr. Luis Marcelo F. Prado  
14 Soares por motivos de saúde. Ouvintes: Dr. André Trunkl, Laura Cereser. A reunião ordinária foi  
15 conduzida pela Presidente Priscila Meyer. **Aprovação da Ata nº 617.** Sra. Presidente diz nós temos a Ata  
16 nº 617, foi a última reunião extraordinária, não tivemos nenhum apontamento, alguém tem alguma  
17 colocação, quer fazer alguma observação referente a essa Ata. Todos respondem que não tem nada a  
18 acrescentar. Sra. Presidente diz então podemos dar essa Ata como aprovada. Todos respondem aprovada.  
19 **Ata nº 617 APROVADA. Da Primeira a Sexta pautas: Termos Aditivos nº 40, 41, 42, 43, 44 e 45 da**  
20 **CSSM.** Sra. Presidente diz próxima pauta, esses TAs da CSSM e da OSJM eles passaram na reunião de  
21 comissão de contratos e convênios, então já foram apreciados pela comissão e temos a ata da reunião. Sra.  
22 Presidente faz a leitura da ata nº 01 da comissão de contratos e convênios. Sra. Presidente diz a comissão se  
23 reuniu e apreciou os TAs, essa ata ela não foi assinada, pois não teve tempo hábil dos membros da  
24 comissão estarem assinando, mas temos o Conselheiro Edson membro da comissão que pode falar alguma  
25 coisa. Sr. Edson diz a comissão deu parecer favorável e não temos nada a nos opor em relação aos termos  
26 de aditamento, a única questão mesmo é que daqui para frente que mandem em tempo hábil para  
27 analisarmos e votar os termos de aditamento antes de iniciar a vigência. Sra. Presidente faz a apresentação  
28 dos TAs da CSSM. Sra. Presidente diz que a previsão é de quem em maio não tenha mais UTI COVID na  
29 CSSM, que ficarão somente os 20 leitos de UTI COVID no Hospital Regional, que tem 20 leitos de  
30 enfermaria e 20 leitos de UTI COVID com previsão de funcionamento até julho. Sr. Paulo pergunta se são  
31 10 leitos remunerados para a CSSM. Sra. Presidente diz que sim, porém como ela está tendo uma baixa  
32 ocupação, uma parte desse recurso ela vai ter que devolver para a secretaria, então todo o recurso  
33 independente se está com demanda alta ou não o dinheiro que ela não gasta ela tem que prestar contas e ela  
34 devolve, então aqui ela vai ter devolução de dinheiro porque não está tendo paciente, então assim o RH ela  
35 tem que ter independente de ter paciente ou não, ela tem que ter uma quantidade de medicamento  
36 independente de ter ou não paciente, locação de equipamentos ela tem que ter, então na retaguarda ela tem  
37 que ter os demais que é consumo do dia a dia ela tem um estoque, ela não vai repor o estoque já que não  
38 teve demanda, então esses valores ela devolve. Sra. Presidente diz esses são os TAs da CSSM, que já  
39 passaram pela comissão, alguém tem alguma dúvida, quer perguntar alguma coisa. Sr. Edson diz as  
40 ambulâncias que fazem o transporte dos pacientes entre CSSM, UPA, UBS tem bastante reclamação nesse  
41 sentido. Sra. Presidente diz, mas não é UTI é ambulância simples, o TA é de UTI com equipe médica e  
42 enfermagem, mas nós vamos fazer algumas alterações também na ambulância simples, mas esse caso  
43 específico é de UTI. Sra. Presidente faz a votação nominal para aprovação dos TAs da CSSM. Votos a  
44 favor: Derci, Margarete, Priscila, Otavio, Elcio, Marina, Alexandra, Antonio, Julia, Edson, Paulo, Sergio e  
45 Sandra. Votos contrários: não houve. Os Termos Aditivos de nº 40 a 45 da CSSM foram APROVADOS.  
46 **Sétima e Oitava Pautas. Termos Aditivos nº 09 e 10 da OSJM.** Sra. Presidente diz vamos passar para os  
47 TAs da OSJM. Sra. Presidente faz a apresentação dos TAs. Sr. Paulo coloca que se já começou o serviço  
48 de odontologia nas UPAS no contraturno e nos finais de semana é indispensável ter uma divulgação. Sr.  
49 Elcio pergunta se tem pesquisa de demanda. Sra. Presidente diz tem pesquisa de demanda. Sr. Edson  
50 pergunta sobre os equipamentos para funcionar nas UPAs. Sra. Presidente diz os equipamentos foram  
51 adquiridos de emendas parlamentares e equipamentos que saíram de duas escolas que sinalizaram para a  
52 retirada dos equipamentos, pois tem unidade de saúde próxima e estamos realocando esses equipamentos,  
53 tem a unidade do Golfinho que está sendo inaugurada e foi outro equipamento novo para lá de emenda. Sr.  
54 Paulo pergunta sobre os tomógrafos. Sra. Presidente diz que tem tomógrafo na UPA centro, na CSSM e no

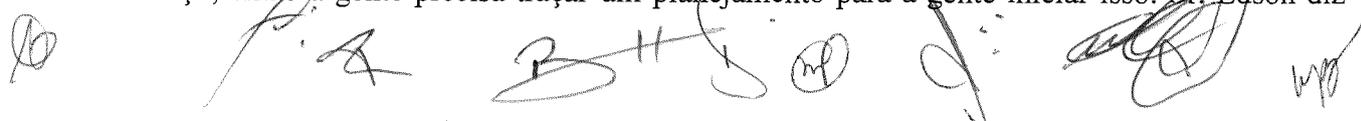
55 Hospital Regional, que são três tomógrafos atendendo o SUS na cidade. Sr. Paulo pergunta de ressonância  
56 magnética. Sra. Presidente diz que ressonância magnética tem na clínica ao lado da Santa Marta que a  
57 secretaria tem um contrato com eles, que a secretaria compra para complementar porque no litoral não  
58 tinha e agora tem no Hospital Regional, porque ressonância é alta complexidade e responsabilidade do  
59 estado, mas que é mais barato ter um contrato para fazer na cidade do que mandar o paciente para o AME  
60 de SJC que era nossa referência SUS antes. Sra. Presidente continua com a apresentação dos TAs da  
61 OSJM. Sra. Presidente diz o atendimento pós COVID foi uma questão levantada nos atendimentos do Call  
62 Center e da Vigilância Epidemiológica, onde se viu muito pacientes que tiveram COVID em grau alto com  
63 internação ou leve que apresentaram necessidade de acompanhamento de patologias já existentes que  
64 foram descompensadas em função da COVID ou que tinham uma pré disposição e desenvolveram pós  
65 COVID, nós temos uma quantidade grande de pacientes, então pacientes que não utilizavam o serviço  
66 regularmente hoje passaram a utilizar em função das sequelas do COVID então a questão do pós COVID  
67 foi instituída, não é só uma situação de Caraguá, isso é nacional, a gente ouve a todo momento em todos os  
68 lugares, todos os municípios se organizando para criar ambulatório de pós COVID para não sobrecarregar  
69 ainda mais a rede ambulatorial já existente porque são demandas novas, pacientes que teoricamente não se  
70 utilizavam do serviço e em função agora da COVID estão utilizando, a questão da câmara hiperbárica, as  
71 feridas, a questão da vascularização e aí tem todo um estudo já baseado no projeto do TA que foi junto, tem  
72 até a justificativa, a questão bibliográfica, que é a contextualização do ambulatório pós COVID. Sra.  
73 Presidente diz esses são os TAs da OSJM, alguém que tem alguma dúvida. Todos respondem não. Sra.  
74 Presidente faz a votação nominal para aprovação dos TAs da OSJM. Votos a favor: Derci, Margarete,  
75 Priscila, Otávio, Elcio, Marina, Alexandra, Antonio, Julia, Edson, Paulo, Sergio e Sandra. Votos contrários:  
76 não houve. Os Termos Aditivos de nº 09 e 10 da OSJM foram APROVADOS. **Nona Pauta. Folhas de**  
77 **pagamento dos meses de agosto a dezembro e décimo terceiro de 2021.** Sra. Presidente diz próxima  
78 pauta folha de pagamento, para quem não conhece essa reunião é do biênio anterior 2017-2018, da gestão  
79 anterior que foi analisado no dia 25 de novembro de 2021, a outra reunião já foi da gestão nova. Sra.  
80 Presidente faz a leitura das Atas da Comissão de Acompanhamento da Folha de Pagamento. Sra. Presidente  
81 diz sobre o que se trata esse apontamento da comissão referente a essas leis, que é uma lei federal de 2020  
82 que suspendeu de todos os funcionários públicos, federal, estadual e municipal, o direito de ter aumento  
83 salarial, correção salarial e congelou o período aquisito de benefícios, que há um decreto municipal que  
84 colocou a questão da Secretaria de Saúde ser uma secretaria de relevância, diante deste decreto o que  
85 aconteceu foi que as outras secretarias do município tiveram suas atividades suspensas e após alguns meses  
86 essas secretarias voltaram trabalhando até as 14 horas, somente a secretaria de saúde trabalhou  
87 normalmente durante toda a pandemia baseado no decreto municipal que colocou a saúde como uma  
88 secretaria de relevância, seja a parte administrativa seja a unidade de saúde, sejam as UPAs e o hospital,  
89 então a saúde do município ela não parou, ela ficou trabalhando normalmente ou até com carga horária  
90 superior e as outras secretarias diminuíram as suas cargas horárias, muitos servidores trabalhando home  
91 office ou até às 14h, agora em março saiu uma lei complementar que é a LC nº 191 que revoga o artigo  
92 dessa lei que foi feita anteriormente na pandemia dizendo que todo mundo estava suspenso, de todos os  
93 funcionários públicos das 3 esferas, essa lei altera a lei anterior e diz que os funcionários da saúde e da  
94 segurança pública não devem ter prejuízo, então que deve ser feita a contagem retroativa e que seja feita a  
95 regularização do salário e dos benefícios e tudo mais dos funcionários da saúde e da segurança pública, foi  
96 levantado na reunião da folha de pagamento como que esta a questão da aplicabilidade dessa lei  
97 complementar no município para pagar os funcionários da saúde, foi informado pela Sra. Paula,  
98 responsável pelo RH da Secretaria de saúde que o setor de recurso humanos da secretaria de administração  
99 junto com o jurídico estão analisando a referida lei, então hoje já estamos em abril. Sra. Presidente diz  
100 ainda eu enquanto funcionária pública da saúde, ainda não teve nenhuma notícia da questão da  
101 aplicabilidade dessa lei para os funcionários da saúde e nos decretos municipais o prefeito mesmo disse que  
102 a saúde era de relevância e nós trabalhamos normalmente durante a pandemia, diferente de outras  
103 secretarias e departamentos da prefeitura onde todo mundo parou, ficou quase um ano fechado e depois  
104 eles voltaram a trabalhar meio período, a saúde trabalhou normalmente ou até dobrado, ainda legislando  
105 em causa própria eu queria passar para o Conselho para que mandássemos um documento do Conselho  
106 para o jurídico perguntando da questão e qual é o prazo para aplicação dessa legislação para os  
107 funcionários da saúde que trabalharam tanto durante o período da pandemia, eu queria deliberar quanto a  
108 isso independente da folha de pagamento que a gente vai deliberar, eu queria fazer uma deliberação



109 apartada para que a gente encaminhe para o jurídico o que foi deliberado aqui que a gente quer essa  
110 informação. Sr. Elcio diz exato porque a gente quer um posicionamento de se tem direto ou não. Sra.  
111 Presidente diz a lei diz que todos os servidores da saúde, servidores a gente subentende que é desde o  
112 faxineiro até o médico, eu queria fazer uma deliberação para que a gente encaminhasse um documento para  
113 o jurídico e até para o prefeito se for o caso perguntando da aplicabilidade da lei para os funcionários,  
114 como está o andamento do estudo e quando vai ser aplicado. Sra. Presidente diz vocês tem alguma dúvida  
115 em relação a aprovação das folhas de pagamento. Sr. Edson diz eu queria saber o que o relator fala porque  
116 quem tem que falar isso é o relator. Sra. Presidente diz da primeira é você. Sr. Edson diz quero saber quem  
117 é o relator da comissão atual que eu não sou mais. Sra. Presidente diz Sra. Margarete você é membro da  
118 comissão poderia dizer quem é coordenador da comissão de folha de pagamento agora. Sra. Margarete diz  
119 a gente não chegou a nomear, a gente fez a discussão e análise, mas não nomeou coordenador. Sra.  
120 Presidente diz você tem algum comentário que ache pertinente para falar sobre esse período de análise. Sra.  
121 Margarete diz a gente analisou, foi bem criterioso e minucioso, a gente verificou que algumas questões que  
122 a Paula pontuou foi em questão de hora extra de motorista, as horas extras que até diminuíram COVID das  
123 ações de vigilância sanitária, não teve nada discrepante. Sra. Presidente diz o Otávio também faz parte da  
124 comissão e poderia falar alguma coisa. Sr. Otávio diz como a Margo disse a gente avaliou se estava tudo  
125 dentro da normalidade, teve alguns questionamentos que são esses que ela apontou, mas realmente não foi  
126 feito nenhum tipo de eleição sobre coordenador e relator, a gente só fez a avaliação e foi assim que foi dada  
127 a reunião. Sra. Presidente diz alguém tem alguma dúvida referente às folhas de pagamentos que foram  
128 analisadas, alguém quer fazer alguma pontuação. Sr. Edson diz quero solicitar para a comissão para  
129 escolher o coordenador e o relator na próxima reunião. Sra. Presidente faz a votação nominal para  
130 aprovação das folhas de pagamento de agosto a dezembro e décimo terceiro de 2021. Votos a favor: Derci,  
131 Margarete, Priscila, Otavio, Elcio, Marina, Antonio, Julia, Edson, Paulo, Sergio e Sandra. Votos contrários:  
132 não houve. As folhas de pagamento de agosto a dezembro e décimo terceiro de 2021 foram APROVADOS.  
133 Sra. Presidente diz agora sobre a questão da gente fazer um ofício referente a essa legislação que suspendeu  
134 os direito dos funcionários da saúde de estarem recebendo os benefícios, aumentos e correções salariais,  
135 que congelou esses direitos dos funcionários da saúde e a legislação que saiu agora em março onde altera a  
136 anterior e volta o direito nas 3 esferas de governo para os funcionários da saúde e da segurança pública, eu  
137 queria a deliberação de vocês para estarmos encaminhando um ofício para o jurídico e para o prefeito  
138 solicitando parecer e informações de quando vai ser aplicada, estará anexado a cópia da Ata da reunião de  
139 folha de pagamento onde há o questionamento dos membros e todos os decretos municipais onde o prefeito  
140 coloca que a Secretaria de Saúde é uma secretaria de relevância e por este motivo ela ira funcionar em sua  
141 plenitude em horário normal durante a pandemia bem como as legislações referidas de 2020 e 2022 e  
142 qualquer outro documento afim, pergunto vocês concordam, alguém quer fazer alguma pontuação, quer  
143 comentar mais alguma coisa. Sr. Paulo diz tem que colocar um prazo nisso porque é uma coisa que não  
144 pode se estender, já foi dito que nas três esferas tem que ser pago, então porque que está demorando isso  
145 porque a única classe que realmente não parou de trabalhar foi a secretaria de saúde que deveria até ter uma  
146 gratificação nesse período. Sra. Presidente pergunta se todos estão favoráveis, se tem alguma manifestação  
147 contraria. Todos respondem que não tem nada contrario. Sra. Presidente pergunta podemos dar como  
148 aprovado por unanimidade. Deliberação para envio de documento APROVADO por unanimidade. **Décima**  
149 **Pauta. Plano de Trabalho do Conselho Municipal de Saúde para o ano de 2023.** Sra. Presidente diz  
150 nós vamos fazer uma reunião extraordinária no dia 27 última quarta-feira do mês onde a gente vai estar  
151 analisando o PAS que é a programação anual de saúde para 2023, esse PAS a gente já encaminhou para  
152 vocês no final do mês de março, aqui é o que a gente vai fazer em 2023, então tem lá a parte do Conselho  
153 que está diferente do que está aqui, então essa aqui é uma proposta nova que surgiu da nossa reunião de  
154 mesa diretora e na reunião ordinária na questão de ajuda de custo e fizemos um plano de trabalho porque a  
155 gente tem que fazer reserva de recursos para poder fazer uma rubrica dentro do orçamento da saúde do  
156 valor que seria destinado para o Conselho Municipal de Saúde, então para a gente poder reservar um  
157 recurso dentro do orçamento da saúde a gente precisa de um plano de trabalho precisa dizer o que a gente  
158 vai fazer, quando vai fazer e como vai fazer, então está divergente a parte do Conselho lá no PAS que nós  
159 já mandamos em março para vocês, está divergente do que isso aqui, então se isso aqui for aprovado  
160 desconsidera aquela última folha do PAS que nós vamos passar na reunião extraordinária do dia 27 e que  
161 nós vamos mandar a convocação para vocês e diante da reunião ordinária que a gente teve, foi falado pelo  
162 Conselheiro Edson da questão de ajuda de custo aos Conselheiros, da estrutura administrativa, do



163 funcionamento, então o funcionamento ele já é garantido dentro da estrutura da Secretaria de saúde, tem  
164 um funcionário que tem espaço que ainda não é o adequado porque nós também estamos emprestado que  
165 não é nosso, mas a gente tem um mínimo de estrutura, essa estrutura ela está dentro da despesa da sede da  
166 Secretaria, nesta proposta a gente está desvinculando essa despesa da sede da Secretaria e colocando ela  
167 numa rubrica do Conselho Municipal de Saúde, então ele vai ter claro que é uma despesa do Conselho e  
168 não mais uma despesa dentro da estrutura da Secretaria de saúde, pegou a despesa da estrutura que hoje já  
169 existe e mais alguma coisa que a gente previu que é mais um estagiário que a gente já tinha antes da  
170 pandemia e durante a pandemia a gente acabou perdendo ele e mais algumas despesas que a gente tem,  
171 esse valor ele já está dentro da estrutura e só desvinculou e a questão da ajuda de custo para o Conselheiro  
172 acho que como a maioria de vocês participaram daquela abertura do tribunal de contas onde o Dr. Elias que  
173 é um dos coordenadores do tribunal de contas, das equipes de auditoria, uma pessoa bem conhecida dentro  
174 do tribunal de contas, ele faz a parte da fiscalização da auditoria e ele coloca que deve existir um valor para  
175 a ajuda de custo dos Conselheiros de saúde seja municipal, estadual ou federal, o que é legítimo, ele  
176 entende que é legítimo uma vez que são voluntários da sociedade civil até para fomentar mais as  
177 sociedades civil em participar dessas discussões e a sociedade civil tem seus compromissos e está vindo  
178 aqui voluntariamente, então ele entende, na visão dele, que nada mais justo que arcar com a despesa de  
179 ajuda de custo, é um valor simbólico, nada extrapolante, mas ele coloca sua na live e a gente já até colocou  
180 a live no grupo para quem não participou da palestra efetivamente no momento e dando legitimidade a  
181 nossa proposta, inicialmente comentada pelo Conselheiro Edson, então a gente fez mais ou menos um  
182 rascunho, mas aí a gente está aqui flexível se tiver que fazer alguma mudança, lá no PAS que já foi  
183 mandado para vocês ele está com o eixo 9 porque ele estava dentro da despesa do gabinete do secretário e  
184 aqui a gente está desvinculando, a gente tá colocando um eixo próprio do Conselho de saúde que é o  
185 controle social. Sra. Presidente faz a leitura da apresentação do Plano de Trabalho. Sra. Presidente coloca  
186 que no ano que vem teremos Conferência Municipal de Saúde, que o Conselho não executa a Conferência  
187 ele apoia, quem executa é a Secretaria de Saúde, que essas conferências ocorrem de 4 em 4 anos, que antes  
188 da conferência são feitas as pré-conferências em pontos estratégicos do município para que sejam feitas  
189 propostas com referência as necessidades daquela localidade, da Conferência Municipal de Saúde saem  
190 propostas que vão para as Conferências estaduais e federais e o município manda também delegados para  
191 representar e defender as propostas do município, a última conferência foi em 2019, onde tivemos 8  
192 delegados que foram para a estadual e 4 para a federal, geralmente a conferência ocorre no primeiro  
193 semestre, ainda não temos o calendário de 2023 porque dependemos do calendário estadual e federal para  
194 fazer o calendário municipal. Sr. Paulo pergunta se nas conferências se elaboram novos planos, estratégias  
195 e atendimentos ou não. Sra. Presidente diz nessas conferências tem propostas com as demandas de cada  
196 região, algumas propostas são a nível municipal, outras são a nível estadual ou federal, a gente pega as  
197 propostas estaduais e federais compila e manda para o nível estadual e para o nível federal, então quando as  
198 propostas são feitas a gente hierarquiza elas, as propostas municipais a gente compila elas e tenta colocar  
199 no nosso plano municipal de saúde dos quatro próximos anos, a gente tenta inserir ela no que a gente vai  
200 fazer de saúde baseado na necessidade demonstrada pela população, controle social e até se existe  
201 coerência, a gente faz um compilado e começa a aplicar ela porque a nossa diretriz é a base para gente  
202 fazer o próximo plano municipal de saúde. Sr. Paulo pergunta se é possível fazer alteração na estrutura do  
203 SUS. Sra. Presidente diz a lei federal é a 8080, ela é o esqueleto do SUS, ali ela diz quais são as  
204 competências federais, estaduais e municipais, o que a gente vai colocando é nos órgãos, as conferências  
205 no federal ela determina a questão dos eixos que serão discutidos, então ele determinar se vamos discutir  
206 alta complexidade, controle social, a questão da humanização, então aí a conferência é direcionada nos  
207 eixos que já vem pré determinado. Sra. Presidente continua a apresentação. Sra. Presidente diz que com  
208 relação a ajuda de custo com locomoção, foi feita uma reunião de mesa diretora onde foi discutido os  
209 valores e que em conversa na secretaria foi levantada a questão de que já existe um valor que se chama  
210 empenho que é dado aos servidores quando eles viajam e foi ajustado o valor da locomoção e esse valor de  
211 empenho, que é uma ajuda de custo colocamos como reembolso, quem participou presencialmente da  
212 reunião vai receber, quem não participar presencialmente não vai receber, então o valor será repassado  
213 mensalmente conforme o número de reuniões, sendo ordinária, extraordinária e de comissão. Sra. Derci diz  
214 em relação à conferência nacional já está lançada a data que será de 2 a 5 de julho de 2023, então as  
215 municipais que antecedem a etapa federal tem que começar em novembro deste ano o mais tardar, de  
216 novembro a março, então a gente precisa traçar um planejamento para a gente iniciar isso. Sr. Edson diz



217 isso aqui é um avanço, uma conquista muito grande, a gente agradecer a boa vontade da presidente que viu  
 218 que era necessário para o funcionamento do Conselho, nós da mesa diretora nos reunimos e chegamos mais  
 219 ou menos nesse valor, eu gostaria que esse valor fosse maior, eu acho pouco, mas já é um avanço, o  
 220 Conselho delibera sobre seus valores, mas para começar já está bom, no futuro a gente pode melhorar. Sra.  
 221 Presidente diz isso é uma proposta e no próximo plano já vai ter um período até porque isso aqui é uma  
 222 estimativa a gente coloca estimativa de reunião, estimativa de custo, então quando a gente tiver uma  
 223 situação concretizada a gente tem como argumentar, isso é uma ajuda de custo, não é para pagar, isso é  
 224 uma estimativa, isso pode mudar a gente tendo fatos e situações concretas para a gente poder discutir e  
 225 pleitear mais, inicialmente eu acho que vai ser um ganho muito grande em relação a isso, a proposta é que a  
 226 gente aprove isso e para que ele seja parte integrante do PAS 2023 que vai ser lido e aprovado no dia 27  
 227 numa reunião extraordinária. Sr. Edson diz eu vi a tempo atrás, esse é meu quarto mandato nesse Conselho,  
 228 eu vi a necessidade do Conselheiro para poder trabalhar melhor e ter a sua independência, então para isso  
 229 no meu segundo mandato eu percebi que nós teríamos que alterar a lei para termos uma secretaria  
 230 executiva com o suporte técnico e administrativas subordinada ao plenário do Conselho de saúde que  
 231 definirá sua estrutura e dimensão, o Conselho de saúde decide sobre o seu orçamento, isso está na lei e no  
 232 regimento e precisava porque se não nós não poderíamos ter esse momento, foi muito difícil chegar até  
 233 aqui, gostaria de agradecer a Presidente do Conselho que acatou a proposição desse Conselheiro e que veio  
 234 a calhar aquele curso do tribunal de contas onde um dos tópicos era exatamente essa estrutura  
 235 administrativa. Sr. Paulo diz que o TCE validou essa mudança que fez na lei. Sra. Presidente faz a votação  
 236 nominal para aprovação do Plano de Trabalho do Conselho Municipal de Saúde 2023. Votos a favor:  
 237 Derci, Margarete, Priscila, Otavio, Elcio, Marina, Alexandra, Antonio, Julia, Edson, Paulo, Sergio e  
 238 Sandra. Votos contrários: não houve. O Plano de Trabalho foi APROVADO. Sr. Edson diz quero colocar  
 239 uma discussão aqui para deliberar de acordo com o inciso 3 e do artigo 13 do Conselho municipal, eu  
 240 gostaria de ter de falar que é por pertinência porém é por tempestividade a situação que eu vou colocar  
 241 nesse momento, na última semana esse Conselheiro foi pego de surpresa, eu soube na quarta-feira que  
 242 todas as unidades básicas de saúde iriam fechar na sexta-feira por meio do período, eu fiquei perplexo  
 243 porque esse Conselheiro sabe da demanda reprimida de consulta hoje nas unidades básicas, está em 2  
 244 meses, então se a gente fecha por meio dia, eu fiz uma conta por baixo foram umas 720 consultas que  
 245 teriam que ser reagendadas, então serão reagendadas como se coloca na agenda, então o prejuízo foi muito  
 246 grande para os usuários em situação da demanda reprimida, não sei como é que vai fazer isso, o pessoal vai  
 247 esperar mais 2 meses para poder fazer esses consulta, a questão que eu queria me manifestar aqui por meio  
 248 de resolução, que eu queria propor uma resolução de recomendação, eu gostaria de recomendar as pessoas  
 249 que estão à frente da Secretaria, ao prefeito municipal que é o gestor maior que no caso se houvesse  
 250 novamente uma situação dessa para que os Conselhos gestores fiquem sabendo antecipadamente, com uma  
 251 antecedência de no mínimo um mês para poder se programar com a unidade, inclusive porque eu estive  
 252 com muitos diretores no dia e as pessoas na secretaria não sabia que ia ter essa palestra motivacional,  
 253 alguns funcionários falaram até que motivacional é aumento, é vale transporte, vale alimentação, é o plano  
 254 de cargos e carreira não uma palestra, que por sinal eu tive vendo umas fotos da palestra e não tinham  
 255 muitos funcionários, então se faz uma palestra para motivar o funcionário e o funcionário não vai e fecha  
 256 num dia que vários usuários vão lá, estão agendados a mais de mês chega lá e não tem, será que  
 257 conseguiram avisar a todos, fazer o reagendamento breve, então eu gostaria aqui de propor para esse  
 258 Conselho essa resolução de recomendação para que quando houver novamente um curso ou qualquer  
 259 atividade que vá fechar uma unidade básica que seja avisado o Conselho gestor com antecedência. Por  
 260 problemas técnicos com a falta de internet na rede da prefeitura a reunião foi encerrada ficando a  
 261 deliberação solicitada pelo Conselheiro Edson de ser votada na próxima reunião ordinária e a pauta painel  
 262 COVID o arquivo da apresentação foi enviado para os conselheiros e em caso de dúvida a mesma deve ser  
 263 enviada para a secretária de saúde responder. Sra. Presidente encerra a reunião as 16h25. Eu Milena Sales  
 264 Balague de Oliveira lavrei a presente Ata que segue para leitura e aprovação de todos.

265 Dr. Gustavo Alexey Boher Lopes (titular)

AUSENTE

266 Sra. Derci de Fátima Andolfo (suplente)

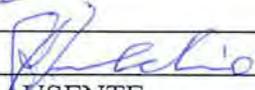
267 Sra. Margarete Soares de Oliveira (titular)

268 Sra. Amélia Maria Ferreira (suplente)

AUSENTE

269 Sra. Priscila Meyer (titular)

*[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]*

270	Sr. Fábio de Souza Cabral (suplente)	AUSENTE
271	Sra. Ana Lúcia Cusato de Paula (titular)	AUSENTE
272	Sra. Elen Rosi Martins de Arruda (suplente)	AUSENTE
273	Sra. Joana D. L. Valverde Martins (titular)	AUSENTE
274	Sra. Silvia Franco Eller (suplente)	AUSENTE
275	Sr. Luis Marcelo F. Prado Soares (titular)	AUSENTE
276	Sra. Luciana Fadel Locatelli Lobato (titular)	AUSENTE
277	Sr. Otavio da Silva Pereira (titular)	
278	Sr. Elcio Barsoti Filho (titular)	
279	Sra. Marina Bellato (suplente)	
280	Sra. Alexandra M. Fonseca do Nascimento (suplente)	
281	Sr. Arthur Reis Caldas (suplente)	AUSENTE
282	Sra. Valeria Cristiane Rosa e Silva (suplente)	AUSENTE
283	Sr. Antonio Carlos de Carvalho (titular)	
284	Sr. Alex Waltersdorf (suplente)	
285	Sra. Júlia de Fátima Umbelino (titular)	
286	Sra. Maria José Oliveira Terra (suplente)	AUSENTE
287	Sra. Adriana Martins da Silva (titular)	AUSENTE
288	Sr. Manoel Carvalho de Araujo (suplente)	AUSENTE
289	Sra. Paula Bastos Rosa (titular)	AUSENTE
290	Sra. Gisele dos Santos Borges (suplente)	AUSENTE
291	Sra. Vera Lúcia da Silva (titular)	AUSENTE
292	Sra. Maria José Lopes Pereira (suplente)	AUSENTE
293	Sra. Lucelena Aparecida Firmino (titular)	AUSENTE
294	Sra. Adila Adriana da Silva (suplente)	AUSENTE
295	Sr. Edson Mendes do Amaral (titular)	
296	Sr. Paulo Roberto dos Santos (titular)	
297	Sra. Maristela Miranda (suplente)	
298	Sr. Adelson Marcelo Leite (suplente)	
299	Sr. Luis Carlos Gonçalves (titular)	AUSENTE
300	Sra. Maria Aparecida Waack (suplente)	AUSENTE
301	Sr. Sergio Augusto Garcia (titular)	
302	Sr. Yuri Belatto (suplente)	AUSENTE
303	Sra. Sandra Maria Salles Bachi (titular)	
304	Sra. Alessandra Aparecida Ferreira Antunes (suplente)	AUSENTE